

Alain de Benoist. *Le moment populiste: droite-gauche c'est fini!*. Paris: Pierre-Guillaume de Roux, 2017.

O recente livro de Alain de Benoist – *Le moment populiste* – consiste indubitavelmente num dos mais importantes e notáveis contributos para a compreensão do fenómeno que mais decisivamente marca a era política em que entramos: o chamado populismo. Na sua confrontação com o tema, de Benoist move-se entre uma análise situada no plano da teoria política e da história dos conceitos, aprofundando criticamente conceitos fundamentais como “democracia” e “liberalismo”, e uma reflexão onde se destaca também a preocupação por participar em debates que marcam especificamente a cultura política francesa, como é o caso, por exemplo, do debate em torno do republicanismo, do seu choque com perspectivas comunitaristas e da sua relação com a religião e a cultura. A variedade de abordagens dos artigos que constituem o livro, bem como a solidez do seu aparato crítico e a vastidão das suas referências teóricas (alguns artigos têm mais de uma centena de notas), atribuem a *Le moment populiste* o estatuto de uma obra fundamental que não pode deixar de ser tida em conta por quem pretender considerar este tema.

Se quiséssemos identificar o pano de fundo da análise apresentada por de Benoist em torno do conceito de populismo, dir-se-ia que este se encontra numa recusa de que o fenómeno populista possa ser tratado de forma pura e simplesmente negativa, como uma pura e simples degenerescência da democracia ou uma ocasional patologia democrática. Para de Benoist, mais do que corresponder a um possível desvirtuamento da democracia, o “momento populista” que emerge no mundo ocidental é a expressão de uma crise intrínseca à natureza da democracia e da sua articulação com as instituições políticas. Uma tal crise revela-se privilegiadamente sob a forma de uma crise do princípio da representação. Partindo da distinção estabelecida por Carl Schmitt entre o “princípio da identidade” e o “princípio da representação” como pilares nos quais se estabelece uma unidade política enquanto tal, de Benoist explora a noção de que a representação constitui sempre, em função daquilo a que se poderia chamar a dinâmica interna do próprio processo representativo, uma limitação do princípio democrático pelo qual um povo se identifica consigo mesmo, adquirindo uma identidade através dos laços gerados por uma experiência de vida em comum ao longo do tempo. Evocando a análise de Marcel Gauchet de uma “crise da democracia” – uma crise que se estende desde os argumentos parlamentaristas a favor do sistema censitário, no século XIX, até às posições neoliberais e à defesa da substituição de governos políticos por governos de especialistas e técnicos, no século XX –, de Benoist encontra no próprio funcionamento histórico da democracia representativa a base para analisar a crise da democracia participativa, mostrando como a representação foi frequentemente usada como um processo capaz de vedar o acesso ao poder do “povo”, da “multidão” ou das “classes perigosas”: “A democracia representativa

pode ser considerada como um modo de proceder que permite ‘filtrar’ a soberania popular ao reduzir o seu alcance” (pp. 46-47).

A abordagem crítica da noção de democracia representativa permite a de Benoist, ainda na linha de Carl Schmitt, distinguir com nitidez conceitos que frequentemente se encontram associados e relacionados: os conceitos de democracia e de liberalismo. Para de Benoist, a democracia requer a presença de laços, de uma identidade e de uma experiência de vida comum, partilhada no espaço e no tempo, enquanto o liberalismo assenta na concepção de ‘direitos do homem’ inerentes a indivíduos associados contratualmente e concebidos como átomos livres e desvinculados, presentes no interior de um Estado que, para garantir a sua liberdade, não pode deixar de se reduzir a uma posição de neutralidade. A partir desta distinção fundamental entre liberalismo e democracia, de Benoist repensa a contraposição pela qual habitualmente se caracteriza o conflito político: a contraposição entre esquerda e direita. Para de Benoist, a emergência do “momento populista” mostra precisamente que – como afirma o subtítulo da obra – a clivagem entre esquerda e direita terminou: “Nascida da modernidade, a clivagem direita-esquerda apaga-se com ela” (p. 77). No seu lugar, emerge uma confrontação política mais fundamental: a contraposição entre, por um lado, um liberalismo marcado pela atomização do homem e por uma concepção do tempo como um progresso que dissolve todas as identidades, todas as tradições, todas as referências a um mundo comum e, por outro lado, aquilo a que George Orwell chamou a *common decency*, o património de experiência comum sedimentada ao longo de uma vida social partilhada, sem a qual a própria identidade individual do ser humano não poderia ser formada.

No centro da análise de de Benoist encontra-se o argumento de que a distinção entre esquerda e direita não consegue captar a distinção fundamental entre uma atitude liberal e uma política democrática baseada na *common decency*. A razão desta incapacidade assenta precisamente no facto de tanto a esquerda quanto a direita contemporâneas procurarem compatibilizar, cada uma a seu modo, a rejeição do liberalismo em determinados planos da existência humana com uma atitude liberal em outros planos dessa mesma existência. É assim que, numa perspectiva habitual nas nossas sociedades contemporâneas, a esquerda surge associada a uma rejeição do liberalismo económico articulada como um liberalismo no plano dos costumes, enquanto a direita, por seu lado, se caracteriza por um conservadorismo social conjugado com a defesa do liberalismo económico. Para de Benoist, nem uma nem outra compreendem que o liberalismo surge como uma atitude total, como uma posição englobante de todos os aspectos da existência, que exclui a possibilidade da sua adopção parcial: “Há uma unidade profunda do liberalismo. O liberalismo forma um todo” (p. 139). E tal quer dizer que a pretensão de compatibilizar uma atitude liberal num determinado âmbito da realidade com uma recusa do liberalismo em outros planos, tanto à esquerda quanto à direita, não pode deixar de constituir uma ilusão: nem uma nem outra

conseguem imunizar a sua posição própria diante de um liberalismo fundamental que delas se apropria.

É a partir deste carácter ilusório da auto-compreensão da direita e da esquerda contemporâneas que de Benoist explica a crise das suas respectivas identidades políticas. Por um lado, evocando figuras como La Tour du Pin, de Benoist lembra que a direita se caracterizou historicamente não pelo progressismo e pelo individualismo liberal, mas pela defesa da sociedade como um corpo político cuja estabilidade e harmonia deveria ser preservada e defendida: “As raras vezes em que a direita desenvolveu uma doutrina económica e social foi sempre na intenção declarada de pôr fim à luta de classes. O corporativismo, o ‘capitalismo popular’ (ou ‘capitalismo para todos’), a ‘associação capital-trabalho’ ou qualquer outra doutrina do género visa demonstrar que, numa sociedade saudavelmente concebida, os interesses dos proprietários e os dos trabalhadores poder-se-iam harmonizar de um modo completamente natural” (p. 187). Por outro lado, referindo-se aos trabalhos de Jean-Claude Michéa em torno da identidade política da esquerda francesa, de Benoist explica a crise desta mesma esquerda precisamente através da sua incapacidade de compreender as consequências que resultam do seu liberalismo no plano social e moral, da sua visão progressista da história, da sua adopção da “ideologia dos direitos do homem” ou da sua apropriação da doutrina liberal de uma neutralidade do Estado, configurada em França como a defesa de um republicanismo jacobino que se contrapõe aos “comunitarismos” concebidos como uma forma arcaica de identidade social incompatível com a liberdade individual. Segundo de Benoist, no seguimento das reflexões de Jean-Claude Michéa, tais consequências são manifestas. A esquerda desenvolveu-se quer numa social-democracia que já não defende uma alternativa ao capitalismo, assumindo-o como o único sistema possível, quer numa esquerda radical que, traduzindo-se numa crítica dos costumes, das tradições e dos laços sociais, mais não faz do que remover os obstáculos ao individualismo, ao desenraizamento e à liquidação social (para usar a expressão de Zygmunt Bauman) que constituem a própria condição do capitalismo, na sua dinâmica interna de uma mudança ininterrupta, de um progresso constante e de um crescimento ilimitado: “A esquerda persuadiu-se demasiado rapidamente de que a mundialização do capital representava uma evolução inelutável e um futuro inultrapassável, tornando-se a política, no mesmo processo, um simples meio de se adaptar à globalização económica e financeira. O grande divórcio entre o povo e a esquerda foi a consequência mais retumbante disso” (p. 139).

De uma forma geral, dir-se-ia que, para de Benoist, o populismo se torna compreensível a partir justamente do divórcio entre o povo e a existência desvinculada, mundializada e cosmopolita de elites cujo modo de viver se caracteriza pela sua desvinculação de qualquer forma de pertença. A esquerda e a direita contemporâneas seriam manifestações diferentes da mesma “revolta das elites”, para usar a expressão de Christopher Lasch. É nesse sentido que à direita, a

partir da década de 80 do século XX, se impõe a substituição do conservadorismo por um discurso neoliberal que se traduz na proposta de remoção de todos os entraves sociais e barreiras tradicionais ao funcionamento livre do mercado. O liberalismo estabelecido como “pensamento único”, a redução da política à administração técnica dos “mercados financeiros”, dos “expertos” e dos “juizes”, minimizando os efeitos indesejáveis das paixões irracionais que podem emergir da participação democrática, são as linhas fundamentais de um discurso que encontra no TINA atribuído a Margareth Thatcher (*there is no alternative*) a sua mais clara tradução. E é também nesse sentido que à esquerda, por sua vez, se instala aquilo a que Jean-Claude Michéa chamou um “complexo de Orfeu”: a recusa de olhar para trás, um desprezo pelo passado, pelos costumes e pelas tradições de classes populares que uma elite progressista, esclarecida e aberta gostaria de libertar dos seus próprios preconceitos: “Foi só então que o movimento socialista, depois comunista, tomou a seu cargo o ideal ‘progressista’ do produtivismo excessivo, desse projecto industrial e hiperurbano que realizou o desenraizamento das classes populares, tornando-as mais vulneráveis ainda à empresa da Forma-Capital” (p. 137). Confrontando-se, numa extensa análise, com a proposta filosófica apresentada por Antonio Negri e por Michael Hardt em torno do conceito de “império”, e da concepção de que a sua negação pela “multidão” emerge do seio desse mesmo “império”, de Benoist encontra nela o exemplo mais eloquente de uma esquerda que não pode deixar de convergir com o liberalismo, o progressismo e o capitalismo ao tentar encontrar neles a base para a sua própria superação.

Diante deste divórcio da esquerda e da direita com o povo, o populismo aparece, para de Benoist, essencialmente marcado pelo apelo a um reencontro com esse mesmo povo: “O populismo não quer, no fundo, senão *povoar* a democracia” (p. 121). E tal significa voltar a articular os três conceitos fundamentais que contribuem para o conceito de povo. O povo político que está na base da democracia (*demos*) não pode deixar de ter em conta o povo pré-político definido por uma história e pela cultura (*ethnos*), o qual, por sua vez, permite encontrar no povo uma “classe popular” contraposta a elites que são diante dele a fonte do seu desenraizamento e da sua corrupção (*plebs*): “O povo como *plebs*, enfim, pode parecer opor-se ao *demos* e ao *ethnos* na medida em que não representa, em todo o rigor, senão uma parte (geralmente a mais numerosa) do povo histórico e político. Mas é também ele que lhe permite opor-se às elites, no que ele é um composto essencial do populismo” (p. 121). Procurando encontrar como base do populismo uma plebe que, contrapondo-se às elites, se constitui como uma parte que visa tornar-se todo, identificando-se com a totalidade do povo mediante a sua confrontação com essas mesmas elites, de Benoist converge com a análise do populismo desenvolvida por Ernesto Laclau, a cujo pensamento, neste livro, dedica uma interessante introdução. Para de Benoist, dir-se-ia que a contraposição às elites está presente na própria essência do populismo, constituindo,

simultaneamente, o seu limite. Não é possível o desenvolvimento crescente de uma mundialização liberal, com a redução de todos os modos de vida que não se nivelam por ela a arcaísmos que o crescimento capitalista incessante deveria remover, sem despertar uma política que evoque esses modos de vida, bem como o povo, a história e a cultura que lhes estão subjacentes. Por outro lado, uma política que nasce dessa evocação, e que se traduz essencialmente nela, não pode deixar de encontrar nas elites globalizadas a que se contrapõe, e no antagonismo dessa mesma contraposição, a sua própria definição e, nesse sentido, os contornos que a limitam.

Alexandre Franco de Sá

